

Dados do Artigo

Recebido

11/Setembro/2024

Aceite

18/Março/2025

O ensino da história como instrumento para a construção da cidadania

*The teaching of history as an instrument for the construction of citizenship**La enseñanza de la historia como instrumento de construcción de ciudadanía.*Catimba Matias Anacleto ¹ ¹ Departamento de Música, Universidade de Luanda, Luanda, Angola dr.catimba@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho visa analisar o papel da educação histórica como promotora da cidadania, discutir a importância do ensino da história local na construção da identidade cultural e da cidadania e contribuir para o debate metodológico no ensino de História. A metodologia adoptada é qualitativa, fundamentada na revisão bibliográfica e na análise documental. Os resultados obtidos revelaram que o ensino de História local é visto como essencial para a construção da identidade cultural e da cidadania. Ao conhecer a própria história, os alunos desenvolvem uma consciência crítica sobre o mundo em que vivem e se percebem como agentes activos na construção da sociedade. A valorização do conhecimento histórico local contribui para a formação de uma cidadania mais participativa e engajada. Conclui-se que no contexto actual, a escola tem a responsabilidade de formar cidadãos críticos e conscientes, promovendo uma educação que vá além da memorização de factos históricos. Ela deve proporcionar um ensino que relacione os conteúdos escolares com as questões sociais e contemporâneas, para enfrentar os desafios da cidadania numa sociedade em constante transformação.

Palavras-chave: Ensino de História, Cidadania e Identidade Cultural.

Abstract

The theme in question addresses the relationship between the teaching of History and the formation of critical citizenship, reflecting on the pedagogical practice and the role of the school in this process. Historically, the teaching of History has been used to promote civic and patriotic citizenship. However, in recent decades, a critical approach has emerged aimed at forming autonomous and socially engaged citizens who are able to actively participate in society and make informed decisions. History, as a discipline, has the potential to stimulate the collective sense and struggle for citizenship, transforming teachers and students into historical subjects who act to change society. In our view, the teaching of local history is seen as essential for the construction of cultural identity and citizenship. By knowing their own history, students develop a critical awareness of the world in which they live and perceive themselves as active agents in the construction of society. The appreciation of local historical knowledge contributes to the formation of a more participatory and engaged citizenship. In the current context, the school has the responsibility to form critical and conscious citizens, promoting an education that goes beyond the memorization of historical facts. It must provide teaching that relates school content to social and contemporary issues, to face the challenges of citizenship in a society in constant transformation.

Keywords: History Teaching; Critical, Cultural Identity

Resumen

El tema en cuestión aborda la relación entre la enseñanza de la Historia y la formación de una ciudadanía crítica, reflexionando sobre la práctica pedagógica y el papel de la escuela

en este proceso. Históricamente, la enseñanza de la Historia se ha utilizado para promover la ciudadanía cívica y patriótica. Sin embargo, en las últimas décadas ha surgido un enfoque crítico orientado a formar ciudadanos autónomos y socialmente comprometidos, capaces de participar activamente en la sociedad y tomar decisiones informadas. La historia, como disciplina, tiene el potencial de estimular el sentido colectivo y la lucha por la ciudadanía, transformando a docentes y estudiantes en sujetos históricos que actúan para cambiar la sociedad. Desde nuestro punto de vista, la enseñanza de la historia local es considerada esencial para la construcción de la identidad cultural y la ciudadanía. Al conocer su propia historia, los estudiantes desarrollan una conciencia crítica del mundo en el que viven y se perciben a sí mismos como agentes activos en la construcción de la sociedad. La valoración del conocimiento histórico local contribuye a la formación de una ciudadanía más participativa y comprometida. En el contexto actual, la escuela tiene la responsabilidad de formar ciudadanos críticos y conscientes, promoviendo una educación que vaya más allá de la memorización de hechos históricos. Debe proporcionar una enseñanza que relacione los contenidos escolares con las problemáticas sociales y contemporáneas, para enfrentar los desafíos de la ciudadanía en una sociedad en constante transformación.

Palabras clave: Enseñanza de la historia, Ciudadanía, Identidade Cultural.

1 Introdução

No cenário actual, a reflexão sobre a prática pedagógica no ensino de História nos leva à necessidade de uma análise crítica da realidade, fundamentada em um aprofundamento teórico. A relação entre o ensino de História e a cidadania é histórica e complexa.

A escola desempenha um papel essencial, na formação cidadã, sendo espaço onde os alunos desempenham as competências necessárias para a participação activa na sociedade. Em nosso contexto, marcado por desigualdades sociais, políticas e económicas, é fundamental que a escola actue como agente de transformação e justiça social. Para isso deve assumir o compromisso de promover uma educação histórica crítica e contextualizada.

Durante muito tempo, prevaleceu uma abordagem cívica, centrada na formação de patriotas e cidadãos de uma nação. No entanto, nas últimas décadas, novos enfoques vêm sendo discutidos, defendendo um ensino mais crítico, voltado para a formação de uma cidadania autónoma, capaz de preparar os jovens para participar activamente da sociedade e tomar decisões livres sobre seu futuro e o do mundo.

Diante dessas reflexões iniciais, surgem alguns questionamentos fundamentais:

- De que forma o ensino da história pode se constituir em instrumento para a construção da cidadania?
- Como garantir que o indivíduo se torne um sujeito histórico activo na construção da cidadania?

A História pode ser compreendida como o resultado das relações humanas nas suas lutas pela sobrevivência ao longo do tempo e do espaço. Essas relações, muitas vezes marcadas por conflitos, privilegiam determinados grupos enquanto marginalizam outros. Nesse contexto, o conhecimento histórico deve incentivar tanto professores quanto estudantes a

tornarem-se sujeitos históricos, capazes de agir e transformar a sociedade. Essa transformação ocorre através de acções colectivas, que emergem a partir de debates no seio da comunidade em que estão inseridos. Essa prática pode ser entendida como uma construção efectiva da cidadania, pois se baseia em condições humanas concretas e leva os indivíduos a superar a exclusão e actuar nos diversos espaços sociais.

Concordamos com Pagès (2011) ao afirmar que a aprendizagem da História pode ser uma ferramenta poderosa para controlar não apenas o tempo, mas, principalmente, o futuro. Nesse sentido, a História pode servir como uma arma para a liberdade, promovendo a formação de uma cidadania livre e solidária. Tendo em vista esses aspectos, este trabalho organiza-se em torno dos seguintes objectivos:

- Analisar o papel da educação histórica como promotora da cidadania;
- Discutir a importância do ensino da história local na construção da identidade cultural e da cidadania;
- Contribuir para o debate metodológico no ensino de História.

2 Revisão da Literatura

Ao explorar as contribuições de Pagès (2011) sobre a educação para a cidadania, percebe-se a importância de destacar que o ensino de história vai além da transmissão de informações. Ele deve engajar os alunos em uma reflexão crítica sobre a sociedade actual e seu papel dentro dela. Com base nessa visão, vê-se o ensino de história como uma oportunidade de questionar narrativas dominantes, ajudando os estudantes a reconhecerem as complexidades da cidadania e a se posicionarem de maneira activa e crítica na sociedade.

Uma reflexão e um engajamento comunitário e social sugere a prática da cidadania, para isto a história pode contribuir, pois é uma “disciplina fundamentalmente educativa, formativa, emancipadora e libertadora (...) da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e práxis individual e colectivo¹.

Achamos que a História não é apenas um encadeamento de datas, um agregado de factos, uma cronologia, mais do que isso, ela é o resultado da relação dos homens com os outros homens, mediados pelas relações com a natureza e por um determinado modo de produção.

Contudo, ao analisarmos o ensino de história é possível constatar que por muito tempo a disciplina contribuiu para a ideia de que cidadão com valores e direitos eram somente os heróis. Essa característica restringiu muito a participação da população, pois a maioria

¹ FONSECA, Selva Guimarães. Didáctica e prática de ensino de história, p. 89.

estava excluída de todo o processo de construção social, legitimando assim “a concepção liberal de cidadania abstracta dominante na elite. Portanto, a cidadania possui um carácter humano e construtivo, em condições concretas de existência, que leva o sujeito a superar a exclusão e actuar nos diversos espaços de vivência.

Em linha com as ideias de Freire (1996, p. 39), acreditamos que o ensino de história deve ser um processo dialógico, onde o professor actua como mediador do conhecimento, permitindo que os alunos desenvolvam suas próprias perspectivas sobre o mundo ao seu redor. Ao seguir essa abordagem, defendemos que o ensino de história pode promover uma compreensão mais profunda das responsabilidades sociais e dos direitos dos indivíduos, ao mesmo tempo, em que prepara os estudantes para a participação democrática. Incorporando esta abordagem crítica, vê-se o ensino de história como uma ferramenta de transformação social. Argumento que, sem o estímulo ao pensamento crítico e à participação activa, o ensino da história corre o risco de perpetuar desigualdades e de formar cidadãos passivos, sem senso de agência

2.1 Ensino de História com Enfoque Crítico e Transformador

O ensino da história tem sido tradicionalmente compreendido como uma ferramenta crucial para a formação de cidadãos informados e críticos. Nesse sentido, a história, enquanto disciplina escolar, não se restringe apenas à transmissão de factos passados, mas desempenha um papel central na formação de identidades e na promoção de uma consciência cidadã. Para compreender como o ensino da história pode actuar como um instrumento de construção da cidadania, assim como o papel social da história no currículo escolar. Este argumento, é rebatido por Gomes (2020, p. 33), quando afirma, que “a história, pode e deve ser uma ferramenta para a educação da cidadania, ajudando os alunos a compreenderem os desafios da democracia e da participação cívica”

A cidadania pode ser definida como a condição que permite aos indivíduos o exercício pleno de seus direitos e deveres na sociedade. Segundo Marshall (1950), a cidadania envolve três dimensões principais: direitos civis, políticos e sociais. Esses direitos são adquiridos e consolidados através de processos educativos que capacitam os indivíduos a se tornarem cidadãos críticos e participativos.

No contexto educacional, Gomes (2007) argumenta que “o ensino da cidadania implica não apenas a transmissão de normas e valores, mas a promoção de uma educação que estimule a reflexão crítica sobre as estruturas sociais e as relações de poder”. Isso significa que a formação de cidadãos não pode se limitar à memorização de leis e constituições, mas deve incluir o desenvolvimento de habilidades que permitam o engajamento activo e consciente na vida pública.

O ensino tradicional de História, centrado na memorização de datas e factos, deve ser

superado por abordagens que promovam o pensamento crítico, a análise de múltiplos pontos de vista e o desenvolvimento da consciência histórica. A história deve ser entendida como um campo dinâmico e interpretativo, no qual os alunos possam reflectir sobre as continuidades e rupturas do passado, compreendendo seu papel na sociedade.

A história, neste sentido, não deve ser ensinada sob a ilusão de neutralidade absoluta, uma vez que toda narrativa histórica carrega escolhas interpretativas. No entanto, é fundamental que esse processo de ensino se baseie em evidências rigorosas, respeite os factos e promova o pensamento crítico. O objectivo não é deturpar os acontecimentos, mas oferecer aos alunos ferramentas para compreender diferentes perspectivas e construir suas próprias análises com base no diálogo entre fontes e contextos. Como destacam Schmidt e Garcia (2010, p. 63), “a neutralidade no ensino da História é uma ficção; ensinar com responsabilidade é reconhecer as disputas de memória e os conflitos de interpretação, sem abandonar o rigor metodológico e a ética profissional.”

No contexto da educação para a cidadania, é essencial que o ensino da história aborde temas como direitos humanos, igualdade, democracia e participação cívica. Segundo Silva (2011), a educação histórica deve ser inclusiva e plural, permitindo que os estudantes se reconheçam nas narrativas contadas e que compreendam a diversidade de experiências que compõem a história nacional e global. Através da história, os alunos podem desenvolver um senso de pertença à comunidade e uma compreensão dos desafios sociais que ainda precisam ser enfrentados.

O ensino da história é um campo privilegiado para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo. Através da análise de fontes históricas, interpretação de eventos passados e debates sobre o significado desses eventos, os alunos são incentivados a questionar verdades estabelecidas e a pensar de forma independente. Para Rüsen (1992), a consciência histórica é um elemento fundamental na formação do pensamento crítico, ao permitir que os indivíduos reflectam sobre as relações entre passado, presente e futuro. Portanto, o ensino da história, quando orientado por uma abordagem crítica e inclusiva, pode desempenhar um papel transformador na construção da cidadania. Ele não somente transmite conhecimentos sobre o passado, mas também prepara os estudantes para participarem activamente na vida democrática, reflectindo sobre os desafios contemporâneos e actuando como agentes de mudança em suas comunidades.

3 Metodologia e Dados

Nesta pesquisa, a abordagem metodológica adoptada é qualitativa, fundamentada na revisão bibliográfica e na análise documental. Como considera Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é essencial para mapear o estado da arte sobre o ensino da história e a construção da cidadania. Essa estratégia também permitiu a análise de abordagens

educacionais que já foram implementadas em diferentes contextos, trazendo contribuições práticas para a pesquisa.

Por outro lado, a análise documental oferece a oportunidade de sugerir ajustes no currículo de história, promovendo uma maior ênfase na cidadania activa e participativa. Propõe que as escolas adoptem uma abordagem mais interdisciplinar, conectando a história com temas actuais, como direitos humanos, meio-ambiente e igualdade social, para tornar o ensino mais relevante e engajador para os alunos.

Na sequência, Lakatos e Marconi (2003, p. 83) consideram que a revisão bibliográfica é particularmente relevante para este estudo. Na medida em que o tema envolve a formação de cidadãos conscientes, é necessário abordar uma diversidade de autores e perspectivas. A combinação de diferentes contribuições permite uma visão plural e crítica sobre como o ensino de história pode ser utilizado como um mecanismo eficaz para a construção da cidadania.

4 Resultados

A utilização da análise documental, conforme sugerido por Bardin (2011, p. 95), é um aspecto crucial desta pesquisa. A análise de documentos curriculares e materiais didácticos de história não só oferece insights sobre como a cidadania está sendo abordada na prática, mas também permite identificar possíveis deficiências ou viés na maneira como esses conceitos são apresentados aos alunos. Ao adoptar essa técnica, é possível propor melhorias no currículo e nos métodos de ensino, visando uma educação mais inclusiva e voltada para a cidadania crítica.

Na sequência, os resultados do presente estudo originaram-se das leituras aos seguintes autores: Schmid e Garcia (2010); Hobsbawm (1990); Matias (2022); Chicata (2017); Gadotti (2000); Afonso, (2023); Cupata e Costa (2022) e Kambol, (2022).

A argumentação de Schmidt e García (2010, p. 59), segundo a qual o ensino de história deve promover a cidadania activa, defende que a sala de aula é um espaço de transformação social. A educação histórica precisa empoderar os alunos para que eles compreendam seu papel na sociedade e possam agir de maneira informada e responsável. Esse objectivo justifica a escolha metodológica de analisar como os materiais didácticos e currículos abordam a cidadania, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de uma pedagogia mais crítica e reflexiva.

A história tem o poder de moldar a identidade colectiva de uma nação. Ao ensinar sobre o trajecto do país, da sua cultura e dos movimentos sociais que o transformaram, o professor não está apenas transmitindo conhecimento factual, mas também contribuindo para a formação da identidade cívica dos alunos, desse modo, Hobsbawm (1990) destaca que “a história é uma narrativa que legitima identidades, sendo utilizada por grupos e

nações para fortalecer um sentimento de pertença e coesão social”.

Além disso, o ensino crítico da história promove a autonomia dos estudantes ao encorajá-los a investigar o passado por si e a desenvolver suas próprias interpretações baseadas em evidências. Que na visão de Matias (2022, p.41), “a disciplina de história tem responsabilidade de formar consciências críticas, capazes de analisar os acontecimentos do passado e agir eticamente no presente” Este processo ajuda a formar cidadãos capazes de analisar criticamente as narrativas políticas, sociais e culturais que são apresentadas a eles, tornando-os mais resilientes frente à manipulação ideológica e à desinformação.

Chicata (2017) afirma que estudar questões locais é fundamental para os alunos compreenderem melhor as relações existentes entre sua região e o restante do planeta, pois esta compreensão os ajuda a analisar historicamente os acontecimentos, lhes proporciona uma visão crítica sobre os factos de suas vidas, contribuindo para uma mudança de atitude com relação à própria vida.

Em Angola, os programas e livros didáticos de História ainda apresentam lacunas no tratamento da história local, priorizando conteúdos de abrangência nacional e internacional. Embora alguns manuais incluam referências pontuais a contextos regionais, observa-se uma ausência sistemática de abordagens que valorizem a história vivida nas comunidades dos próprios alunos, dificultando a conexão entre o conteúdo escolar e o quotidiano local. Esta ideia é fundamentada por Afonso (2023, p. 7), ao afirmar que “a história ensinada nas escolas angolanas continua distante das vivências dos alunos, com pouca valorização dos contextos locais e regionais”.

Embora tenha havido um trabalho complementar no acto de planificações conjuntas dos professores nas Zonas de Influências Pedagógicas, com o foco a contextualizações das vivências de cada comunidade não é suficiente para tal facto ser uma realidade. Nesta ordem de ideias, colaborando com os argumentos de Cupata e Costa (2022, p. 5). “valorizar a história de África e da comunidade local é fundamental para promover uma cidadania activa, informada e enraizada na realidade dos estudantes.”

Nesta perspectiva, achamos que a história local, permite ao educando perceber-se como sendo parte integrante da história, não simples espectador do ensino desta, mas como objecto e sujeito, construtor de factos e acontecimentos não lineares, mas permeados de descontinuidades próprias do processo histórico. Enquanto estratégia de aprendizagem, a história local, pode garantir o domínio do conhecimento histórico. Seu trabalho no ensino possibilita a construção de uma História mais plural, que não silencie a multiplicidade das realidades.

Em relação ao processo de desenvolvimento do conhecimento local, o sentido social da educação é veículo à transmissão do conhecimento de qualquer sociedade com foco no

desenvolvimento nacional, regional e local. Hoje, além da instituição educacional, há que se considerar as demais Instituições que a ela se interligam como a família, os meios de comunicação de massa, a comunidade com suas normas e valores, as organizações públicas e privadas que, em conjunto, formam uma ligação que precisa ter seu respaldo no cenário social, pois não se deseja fragmentar ou isolar o conhecimento científico.

A importância do estudo da história local nas escolas está na tentativa de fazer com que o aluno aprenda e valorize a história da sociedade, mostrando que o mesmo é partícipe da mesma, tornando também este ensino importante para sua vida. Isto pode desconstruir a ideia de que o ensino da história não lhe diz respeito, rompendo, portanto, a forma de ensino tradicional de memorização sistemática de datas e factos para a construção de um estudo participativo e investigativo por parte do professor e do aluno. Deste modo, pode-se reafirmar a importância e a necessidade da interacção escola e comunidade, dando o incentivo a reconstrução histórica da mesma.

Como afirma Gadotti (2000), uma escola cidadã é aquela que assegura o conhecimento historicamente acumulado e promove respeito à diversidade, a autonomia e a dignidade humana. No ensino da história, isso implica em aproximar os conteúdos escolares da realidade dos alunos e estimular a reflexão sobre os processos históricos que moldam a sua vida quotidiana. Sendo assim, a escola deve assegurar uma formação que auxilie a transformação dos educandos em sujeitos pensantes, capazes de utilizar seu potencial para a construção e reconstrução de conceitos, habilidades e valores.

É papel das instituições escolares formar cidadãos críticos, proporcionar aos alunos ensinamentos que eles necessitam para viver e trabalhar neste mundo em evolução, bem como orientá-los para a vida, mas isso só acontece, se a escola definir como meta trabalhar os conteúdos a serem estudados de uma forma que os jovens possam desenvolver uma mentalidade que priorize e valorize o exercício da cidadania.

Assim, no nosso contexto, a escola deve assegurar ao educando uma formação que consiga levá-lo a reflectir sobre temáticas quotidianas e interferir positivamente em seu meio, sobretudo, em sua vida, para transformá-la. Onde “a didáctica de História deve ser centrada na formação do cidadão angolano, com base aos valores democráticos, justiça social e valorização das narrativas locais” (Kambol, 2022, p.10).

Infelizmente, nem sempre ou quase sempre a escola não cumpre o objectivo da educação que desejamos. A instituição que forma para a cidadania deve contemplar alguns elementos básicos como criticidade e autonomia, inserindo os alunos em conteúdos escolares considerados relevantes para a formação do cidadão participativo e actuante em seu meio, influenciando o desenvolvimento, a socialização e o exercício democrático da cidadania, refutando ou reformulando os conhecimentos e as imposições de crenças e

valores. Os conteúdos escolares, ensinados, devem estar em harmonia com as questões sociais que marcam cada momento histórico.

5 Conclusão

A prática da cidadania envolve reflexão e engajamento comunitário, e o ensino de história tem o potencial de contribuir significativamente para esse processo. A história, enquanto disciplina educativa e formativa, desempenha um papel central na construção de identidades, esclarecimento do vivido e intervenção social, tanto no plano individual quanto colectivo.

Compreendemos que a história vai além da simples cronologia de factos e datas; ela é o resultado das interacções humanas, mediadas pelo ambiente natural e pelas condições sócio-económicas de cada época. No entanto, o ensino de história, por muito tempo, restringiu-se a valorizar apenas os “heróis”, o que limitava a participação da maioria da população no processo de construção social. Como resultado, a cidadania era vista como um privilégio de poucos, enquanto a grande maioria permanecia excluída.

A história local é essencial para superar essa limitação, pois permite que os estudantes se percebam como parte integrante do processo histórico. Ao estudar a história de suas próprias comunidades, os alunos entendem que são sujeitos activos, não apenas espectadores. Esse entendimento fortalece sua identidade cultural e seu papel como cidadãos. Dessa forma, a história local configura-se como uma das ferramentas indispensáveis na construção da identidade dos alunos e sua compreensão, além de proporcionar um engajamento cívico perante a sociedade.

Entretanto, em Angola, os programas escolares de história ainda estão distantes dessa abordagem. O currículo e os livros didácticos tendem a se concentrar em narrativas nacionais e universais, ignorando a história local. Isso reforça a concepção tradicional de história como uma simples memorização de fatos e datas, em vez de um processo participativo e investigativo.

Portanto, a educação histórica deve ser uma prática colectiva que contribua para o desenvolvimento da cidadania e da identidade cultural. O envolvimento da escola com a comunidade e o ensino da história local podem garantir que o conhecimento histórico não seja fragmentado e isolado, mas que promova a compreensão integral da realidade social. Em virtude dos factos mencionados, achamos que os estabelecimentos de ensino atento às evoluções do mundo e deve mostrar às novas gerações a importância de cada indivíduo e seu papel na sociedade, enquanto cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, considerando-o sujeitos de múltiplas relações, e que por estarem em processo de transformação, devem ser analisados na sua totalidade. Mesmo conhecedores de que estes princípios, citados no trabalho, com relação às questões de convivência e cidadania,

deveriam ser seguidos por todos os docentes, normalmente estas questões se remetem aos professores de História, isto é para que os conteúdos da disciplina contribuam para fortalecer o espírito colectivo e estimulem a luta pela cidadania.

Em vista dos argumentos, a educação para a cidadania é uma preocupação intrínseca ao sistema educativo no sentido de preparar os alunos para uma intervenção cívica activa. O que se pretende é que os alunos, nas aulas de História, adquirissem não só conhecimentos científicos, mas também competências e atitudes que lhes permitam assumir o seu lugar enquanto cidadãos, com um papel crítico e interveniente na sociedade.

Referência

- Afonso, E. V. S. Considerações sobre o Ensino de História no Contexto Angolano. Revista Dados de África, v. 6, n. 12, 2023. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/dadosdeafricas/article/view/18816>
- Bardin, L. (2011). Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70.
- Carvalho, J. M. (2012). Cidadania no Brasil: O longo caminho. 15.ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. Disponível em:<<http://www.youtube.com/watch?LWBodKwuHCM>>.
- Cupata, J. L; Costa, A. A. (2022). O Ensino de História da África no Sistema Educacional Angolano e Brasileiro: Avanços e Limites. Revista de Estudos de África, v. 4, n. 2, Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/africas/article/view/>
- Fonseca, S. G. (2000). Didática e Prática de Ensino de História: Papirus. São Paulo.
- Fonseca, S. G. (2005). Didática e prática de ensino de história. Campinas, SP. Papirus,.
- Freire, P. (1996). Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed. São Paulo: Atlas.
- Gomes, R. C. A. (2020). Cidadania e o Ensino de História: A Importância de Pensar o Passado, o Presente e o Futuro. Universidade de Coimbra, Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/93355>
- Kambol, R. (2022).O Papel da Didática de História na Formação da Cidadania Angolana. Disponível em: <https://www.academia.edu/95071295>
- Karnal, L. (Org.) (2002). História na Sala de aula: Conceitos, práticas e propostas. 3 ed. São Paulo: Contexto,
- Konder, L. (2005). Ideias que romperam fronteiras. In: Pinsky, Jaime. Pinsky, Carla Bassanezi. Org. História da Cidadania. 3. ed. São Paulo: Contexto, , p. 171-189.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Lenskij, T.; Helfer, N. (2000). (Org.) A memória e o ensino de História. São Leopoldo. ANPUH/RS.
- Matias, J. P. O. (2022). O Ensino da História e a Educação para a Cidadania. Universidade de Coimbra, Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/111638>
- Minayo, M. C. S. (1994). O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec.
- Nogueira, N. S. (2001). O ensino da história local: Um grande desafio para os Educadores. Belo horizonte.
- Oriá, R. (1998). Memoria e Ensino de Historia In: Bittercourt, C.(Org).
- Page's, J. (2011). História, Cultura e Cidadania. São Paulo: Cortez.

- Schmidt, M. A., & García, T. R. (2010). Educação e Cidadania: Desafios e Perspectivas no Ensino de História. Porto Alegre: Editora Mediação.
- Zamboni, E. (1999). O Ensino de História e a Construção da Identidade. História-Série Argumento. São Paulo: SEE/Cenp.



Este artigo está licenciado sob a licença:Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Científica Visão XXI.